

MARX E OS CAMPONESES RUSSOS*

I. APRESENTAÇÃO

Raízes traz nesta edição o texto completo dos rascunhos de Karl Marx de sua carta-resposta enviada à militante russa Vera Sassulitch, em março de 1881, dois anos antes de sua morte. Várias razões determinam a decisão de trazer ao público leitor brasileiro esse texto tão importante de Marx. A maior delas: esse texto ainda permanece desconhecido, e até inacessível, da maioria das pessoas que trabalham a questão agrária, ou estudam e discutem os diversos temas ligados ao campesinato, à agricultura familiar e aos movimentos sociais no campo. Outra razão: pelo seu próprio desconhecimento, este texto ainda se mantém incrivelmente atual. Até pelo método que utiliza e questões que formula, tem o efeito de dinamizar os debates em cenários políticos e sociais como o Brasil ou a América Latina. Uma terceira razão: a possibilidade de cruzarmos esta discussão com questões emergentes como as do desenvolvimento local e territorial, o tema dos recursos comuns e as questões ambientais, por exemplo, além obviamente do tema da segurança alimentar e das políticas públicas no Brasil, na América Latina e em todo o mundo (Sevilla Guzmán & Gonzáles de Molina, 2005).

No entanto, a publicação deste texto na atual conjuntura exige explicações. Em primeiro lugar, ao próprio militante socialista ou acadêmico marxista. Enfim, a todo aquele que, de uma forma ou de outra, se vê hoje, ou se viu em algum momento de sua vida, como marxista ou como socialista. Não me refiro a esta ou àquela corrente, a um posicionamento específico, ou a posicionamentos isolados dentro da vastidão que passou a compor o campo da esquerda. É preciso reconhecer que, desde a morte de Marx, se praticou um marxismo, não apenas ortodo-

xo, mas doutrinário e inflexível, insensível às enormes mudanças, às conjunturas e aos enormes desafios teóricos e práticos que foram surgindo no mundo. O caso da emergência dos camponeses desde o final do século XIX até hoje é um bom exemplo, pois perpassa várias épocas e lugares. Mas tem havido tantas outras questões relevantes e emergentes, não abarcadas pela doutrina marxista, que seria demorado citar todas elas. Em grande parte, a chamada crise do marxismo provém desta inapetência para abrir-se aos novos temas e problemas, para compreender a especificidade e, às vezes, o questionamento que parece provir diretamente da realidade para a teoria, como se o mundo concreto quisesse questionar a capacidade explicativa dos paradigmas dominantes. Em que medida não será esta inapetência o resultado natural do acomodamento de uma corrente teórica que supôs possuir uma chave explicativa capaz de abrir a todas as portas das práticas humanas?

Para o militante dos movimentos sociais a explicação dos motivos desta publicação é mais prática. Este texto traz uma luz nova e possante para entender as contradições dos atuais sistemas sociais e a forma como os cientistas têm tentado entendê-los até hoje. Sabemos todos que as teorias do século XIX tinham também uma forte relação com a prática política, isto é, resultavam não apenas de um esforço de conhecimento da realidade social, mas se destinavam, de alguma forma, a oferecer alternativas para solucionar os problemas sociais oriundos do modo de produção dominante, o capitalismo industrial em expansão. E de lá para cá se firmaram visões e compreensões que não apenas viabilizaram a práxis política e revolucionária, mas muitas vezes produziram verdadeiras camisas de força à própria ação política independente das massas. Uma vez

* Agradeço a Lemuel Guerra as sugestões e correções ao manuscrito.

estabelecida a relação de determinação entre ciência e prática, entre o futuro, cientificamente determinado, e o futuro possível, as práticas e ações políticas dos indivíduos e movimentos ficaram dependendo da sanção desta determinação. Os militantes ficaram à mercê de uma autorização superior dos comitês centrais e dos intelectuais e cientistas autorizados, ou seja, ficamos todos dependentes de uma hermenêutica externa, autorizada a nos impor os parâmetros à nossa prática, qualquer que fosse ela, dizer o que era válido fazer, por que e por quem lutar, e até o que pensar, se quiséssemos minimamente mudar o nosso prosaico e conturbado mundo. E esta hermenêutica permaneceu presa aos seus próprios esquemas doutrinários, a um fechado corpo de idéias, ao mesmo tempo em que, as vestais e pitonisas que guardavam o tesouro doutrinário se mantinham, elas próprias, presas às suas estratégias pessoais de sobrevivência (intelectual e física) face aos poderes, partidos e instituições constituídas, que os legitimavam e os sustentavam. Quer dizer, por um meio de um *tournant*, de um *desvio*, estávamos todos presos ao poder, e não à luta para derrubá-lo! Isto explica porque um texto questionador, “subversivo”, pode permanecer desconhecido, por mais expressivo e forte que sejam seu argumento. Aliás, exatamente por isso, ele teria provocado um terremoto, por exemplo, nos próprios fundamentos da Revolução de Outubro, na Rússia. Isso porque ele deflagraria um processo crítico nas verdades estabelecidas pelo poder, que já haviam se cristalizado e institucionalizado nas direções partidárias (no PSDR, Partido Social-democrata Russo, na fração menchevique ainda mais que na fração bolchevique). Essas “verdades estabelecidas” se tornaram ainda mais absolutas, depois da Revolução Russa, quando a ortodoxia passou a orientar não apenas os partidos e seus comitês dirigentes, mas virou verdade de Estado. Exatamente por estes fatos e razões, há textos (do passado) que incomodam os intelectuais e cientistas (oficiais) do presente. Este texto de Marx é certamente um deles, e permanece como tal ainda hoje!

O leitor comum, diferentemente dos demais, não exigirá explicações, mas poderá estranhar o fato de se tratar de um texto antigo, de 1881, e que tenha permanecido tanto tempo guardado ou desconhecido, sem ter tido uma divulgação ampla. Exatamente por isso, representa uma novidade: o texto traz um jeito diferente de pensar a questão agrária e os problemas atuais do capitalismo. Por isso, este leitor poderá degustar o texto como quem experimenta uma coisa desconhecida, como uma variedade de pitanga ou de sapoti, tão antiga como as demais, mas desconhecida

até então, encontrada nas entranhas da mata fechada. E agora se torna acessível, mostrando algo que realmente não se conhecia, ou a que não se deu a devida importância. E se mantém atual porque os problemas gerais, de que trata, são atuais: o significado do encontro das tradições muito antigas com o impacto da chegada das relações capitalistas no campo, de relações que desalojam o homem, mas não criam um ambiente estável para o mesmo. Relações que modernizam, e que para isso destroem os ambientes rurais tradicionais, mas não oferecem uma alternativa estável ou amigável aos futuros habitantes, a não ser ganhos passageiros apropriados por alguns poucos; um modelo que desagrega, de um lado, mas não constrói relações duráveis e socialmente ricas, do outro lado. Por isso, sobra um projeto irrealizado, incompleto, no campo, querendo fechar-se em si mesmo, ou passar adiante, sem prestar contas pelos estragos que vai deixando à sua volta. E se deixa a pobreza, atrás de si, é a pobreza que acaba sendo culpada de si mesma. E se deixa uma cratera ou uma enorme voçoroca em seu lugar, onde antes foi notícia para capa de revista, a culpa não é do que causou, mas da própria voçoroca que ficou! Assim, o que se apresentou como um processo tecnológico de modernização, como a nova face do progresso da humanidade, é também um processo de transição incompleta, e exatamente por isso, é um processo que quer se fechar sobre si mesmo, negando às múltiplas sociedades, hoje incrivelmente aproximadas pelo próprio efeito da globalização, um balanço de seu presente em relação ao seu passado agrário, recente ou remoto. E é também um processo incompleto em relação ao futuro, pois se nega a discutir as questões ambientais e sociais do futuro da humanidade.

II. A HISTÓRIA DOS MANUSCRITOS DE 1881 E OS CAMPONESES RUSSOS

Em 1911, quando David Ryazanov, um importante cientista social e historiador russo, se encontrava na casa da filha de Marx, Laura Lafargue, organizando o material ali deixado por Marx, deparou-se com um caderno de manuscritos, nos quais identificou logo tratar-se de rascunhos preparatórios para a resposta à uma carta que lhe fora enviada em 16 de fevereiro de 1881 pela militante populista russa Vera Sassulitch, que na ocasião se encontrava em Genebra, na Suíça. Ryazanov comunicou-se imediatamente com Georg Plechanov, líder do grupo, na época exilado na Suíça, indagando sobre a existência de uma car-

ta de Marx ao grupo, a respeito da comuna rural russa. Plechanov negou prontamente a existência de tal carta. Tentou em seguida comunicar-se com Vera Sassulitch e outras pessoas, mas obteve sempre a mesma resposta: tal carta não teria nunca existido! Ficou assim aguardando mais elementos que permitissem contextualizar e dar legitimidade histórica aos manuscritos que encontrara.

Apenas 12 anos mais tarde, em 1923, soube que no arquivo de P. Axelrod, militante revolucionário, também ligado ao grupo, fora encontrada uma carta de Marx endereçada a Vera Sassulitch, e que trazia a data de 08 de março de 1881!

Constatamos que tanto Plechanov como até a própria destinatária, V. Sassulitch, haviam se esquecido completamente dessa carta. Deve-se reconhecer que este esquecimento, exatamente em relação ao interesse especial, que tal carta teria despertado, tem um caráter muito estranho, e provavelmente para o especialista em Psicologia constitui um dos mais interessantes exemplos da extraordinária insuficiência do mecanismo da nossa memória. (Rjazanov, 1926, 310)

Talvez a informação histórica sobre a evolução política do pequeno grupo de militantes russos dispense a ajuda da Psicologia: no ano seguinte ao recebimento da carta, aqueles jovens revolucionários que tiveram a iniciativa de escrever a Marx pedindo uma análise da comuna rural russa, com G. Plechanov à frente, fundariam o grupo *Emanipação do Trabalho*, que tomaria como elemento básico da sua concepção política o modelo ocidental (quer dizer, da Europa ocidental) de desenvolvimento, o que significava que passavam a defender a idéia de que a Rússia faria o mesmo caminho dos países ocidentais, caminhando para o desenvolvimento do capitalismo industrial pelo gradativo esfacelamento das formas pré-capitalistas de produção. Neste caso, a decomposição e o desaparecimento da comuna rural russa passavam a ser vistos como um fato progressista, a ser festejado pela nova organização fundada pelo grupo, ao mesmo tempo em que a base da agitação política naquele país passava a ser tão somente o proletariado industrial como ator histórico fundamental. Assim, Rjazanov observa na introdução que escreveu, para acompanhar a publicação dos manuscritos:

Não tinham transcorrido ainda dois anos do envio da carta a Marx, e V. Sassulitch já havia chegado à conclusão de que o processo de decomposição da comuna camponesa se desenvolvia ininterruptamente. (Id., p. 312)

Nos primeiros anos da década de oitenta, estes que chamariam a si o papel histórico de fundar o marxismo na Rússia – Plechanov é considerado o “pai do marxismo russo” (Baron, 1976) – manteriam ainda a idéia de que “resquícios” da comuna camponesa russa poderiam eventualmente desempenhar um papel positivo na construção da nova sociedade socialista, caso a revolução proletária ocorresse nos países da Europa ocidental, e abrisse caminho para a revolução socialista na Rússia. Mas, mesmo neste caso, o proletariado seria a classe fundamental, capaz de dar base política e sentido histórico ao processo revolucionário. Alguns anos mais tarde a posição anti-camponesa se radicalizaria e se firmaria absolutamente.

Esta concepção encontrou eco no primeiro programa do grupo “Emanipação do Trabalho” e no livro de Plechanov, “Nossas diferenças”. Apenas significativamente mais tarde – principalmente nos trabalhos de Plechanov surgidos após 1890 – a posição em relação aos camponeses foi radicalmente modificada, e a atitude cética frente às possibilidades da comuna russa se transformou em uma negação radical. (Id. p. 313)

Eis claramente aí os motivos do esquecimento de uma carta de Marx que certamente provocou calafrios em que se preparava para dar a grande contribuição para a formulação do que mais tarde viria a ser chamado de *marxismo ortodoxo*.

A carta que Vera Sassulitch endereçara a Marx, em fevereiro de 1881, colocava com certa ingenuidade, segundo Rjazanov, os termos centrais do problema de como entender historicamente o campesinato na Rússia, que implicava uma compreensão do papel histórico da comuna rural, e do seu papel em um futuro próximo, particularmente em relação às lutas políticas travadas no interior daquele país. No centro da questão estava *o destino da comuna rural*.

De uma ou de outra maneira, do senhor depende, sobre esta questão, inclusive o destino pessoal de nossos socialistas revolucionários. De duas uma: ou bem esta comuna rural, liberada das exigências desmesuradas do fisco, dos pagamentos aos senhores e da administração arbitrária, será capaz de se desenvolver pela via socialista, isto é, de organizar pouco a pouco sua produção e sua distribuição dos produtos em bases coletivistas. Neste caso, o socialista revolucionário deve sacrificar todas suas forças pela liberação da comuna e por seu desenvolvimento. Se, porém, ao contrário...¹

A comuna rural russa, que havia resistido durante sécu-

¹ Ver a ‘Carta de V. Sassulitch a Marx’, inserida neste volume.

los ou milênios, se encontrava agora ameaçada pelo avanço iminente do capitalismo e pela política do regime czarista, interessado em acelerar o processo e importar do ocidente as relações de produção capitalista. Há dois aspectos presentes na formulação da carta de V. Sassulitch, com significados teóricos e implicações práticas diferentes: a) de um lado, o desenvolvimento econômico da própria comuna camponesa russa e a sua resistência à desagregação apesar das pressões da economia capitalista e do Estado contra ela; b) de outro lado, a perspectiva do movimento político, que era antimonárquico, mas também era socialista, ou seja, pregava a superação social e política da dominação capitalista. Estas duas questões estão coladas, pelo próprio ponto de partida da missivista, refletindo as preocupações do grupo, que já havia sofrido a influência do pensamento de Marx. A obra de Marx, particularmente com a publicação da tradução russa do *Capital* em 1973, penetrara ampla e profundamente na *intelligentsia* russa e já naquela época influenciava todo o movimento de oposição na Rússia. Esta influência já havia estabelecido dois elementos demarcadores fundamentais: de um lado, o processo econômico em curso, tendente ao desenvolvimento progressivo do capitalismo, independentemente das mazelas feudais ou pré-capitalistas em que aquele país poderia se encontrar; de outro, a necessidade de uma luta pelo futuro da sociedade russa, e que independentemente do estágio atual do processo histórico, só teria sentido para os revolucionários enquanto uma luta socialista, ou seja, destinada a superar o próprio capitalismo.

Parecia, portanto, que a própria influência da recepção da obra de Marx – que, neste momento é veiculada particularmente por sua obra maior, *O Capital* – estava alimentando um tipo de análise e interpretação do significado da comuna rural russa. Por influência desta recepção do *Capital*, a tendência de uma parte do movimento socialista russo seria aceitar a inexorabilidade do desenvolvimento capitalista no campo, no estilo da Europa ocidental, e assumir as conseqüências deste fato, ou seja, a inevitabilidade do desaparecimento da comuna rural, bem como de sua inutilidade para a estratégia da luta revolucionária e para a construção de um processo socialista no futuro.

A preocupação teórica com relação à comuna e aos camponeses não era, portanto, simplesmente saber “o que está acontecendo no campo” ou “o que poderia acontecer com a comuna rural”. A questão toda envolvia a perspectiva para o movimento socialista revolucionário, e a própria tática e estratégia deste movimento. Em outras palavras: havia uma juventude e uma militância que se havia

convertido ao socialismo, cuja referência teórica maior era Marx, e que já estavam lutando contra o absolutismo czarista e contra as formas políticas de dominação na Rússia. O campesinato surgia então como uma questão teórica e prática, porque havia um processo político, previamente estabelecido, a ser conduzido pelos revolucionários russos. A questão então era: que papel poderia desempenhar o campesinato *neste processo*. E na Rússia esta questão era ainda mais angustiante porque o estágio futuro pelo qual lutavam os revolucionários era o socialista e a comuna rural já vivia e praticava um tipo de igualitarismo bastante eficiente e fincado nas tradições populares da Rússia rural. Para que então destruir estas relações igualitárias, firme e profundamente ancoradas no campesinato e, por decorrência, em todo o povo russo, se o passo atual era lutar contra a desigualdade capitalista, se o socialismo já estava na ordem do dia?

Que sentido teria admitir – ou esperar – a decomposição da comuna rural, para aguardar pelo pleno desenvolvimento capitalista, para que este regime entrasse também em decomposição e aí, então, partir para uma luta política pelo socialismo? Nesse caso, escreve V. Sassulitch em sua carta:

Se, porém, ao contrário, a comuna está destinada a perecer não resta ao socialista, como tal, senão começar a fazer cálculos, mais ou menos mal fundados, para saber em quantos decênios a terra do camponês passará de suas mãos para as da burguesia, em quantos séculos, talvez, o capitalismo chegará na Rússia a um desenvolvimento semelhante àquele da Europa ocidental. (id. ib.)

Assim, o campesinato, no caso da Rússia, a comuna rural, passa a ocupar o lugar central no debate, mas em um contexto de questões que, na verdade, o deslocam para a situação de um elemento subordinado: a importância da comuna rural neste processo está secundarizada pela própria compreensão do processo histórico em si, a ser percorrido pela Rússia. Qual a conseqüência política e prática, desta ou daquela avaliação da comuna rural? Em qualquer caso, as conseqüências serão apenas propagandísticas, e estarão relacionadas fundamentalmente à estratégia e tática na mobilização, em um caso, do campesinato, no outro, do proletariado.

Neste caso [no caso citado acima, em que a comuna tenha que se decompor], eles deverão fazer a propaganda somente entre os trabalhadores urbanos, que se verão continuamente mergulhados na massa de camponeses, os quais, seguindo à dissolução da comuna serão atirados ao pavimento das grandes cidades em busca de um salário. (id. ib.)

A resposta a esta questão implicava em uma decisão prática imediata, e esta era uma questão crucial para aquele momento: saber se havia uma estratégia de transformação social a partir do próprio campesinato, ou se a aposta de transformação social deveria toda ela estar concentrada na perspectiva do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização, seguida pela futura mobilização do proletariado.

Retomando a análise deste debate, cabe destacar que, se a questão fundamental é a tática e estratégia do movimento socialista enquanto movimento revolucionário, se este é também o elemento teórico determinante, a questão camponesa já aparece subordinada a uma dinâmica que lhe é estranha, e que escapa à sua realidade e especificidade. Ou seja, o campesinato passa a ser discutido apenas como uma realidade em plano de fundo, quando na cena principal a questão é um processo político previamente configurado. Nesta medida, qualquer análise sociológica do campesinato passa a contar pouco, e mesmo que ocorram movimentos camponeses combativos e politicamente avançados, a dinâmica política que se tomará como referência será sempre outra: as *bases teóricas* de um processo *histórico* revolucionário para *toda* a sociedade. A referência principal é, portanto, um processo político, previamente definido por uma elaboração supostamente científica do processo histórico do desenvolvimento da humanidade, que estabelece tanto os parâmetros para o processo histórico a ocorrer no futuro, como canoniza o papel que as classes sociais *poderiam* desempenhar no mesmo. Neste contexto, o elemento empírico, sociológico, desaparece, ficando como objeto de discussão um *modelo* político, um processo de chegada ao poder e de construção do socialismo, que não expressa tanto a vontade das pessoas reais, mas a *vontade imanente* à própria história da humanidade. Esta referência principal a que se quer chegar a todo custo é justamente o resultado de uma concepção etapista do processo histórico, um processo em que as classes sociais teriam papéis previamente demarcados, para os quais, as lutas locais ou até levantes regionais pouco ou nada teriam a contribuir².

Este pensamento já estava fortemente arraigado na mente política daqueles jovens revolucionários, que já estavam vivendo, no inverno europeu de 1880-81 (ocasião em que V. Sassulitch escreveu sua carta a Marx, certamente

em nome do grupo, constituído por personagens destacados da história do marxismo e do socialismo na Rússia, G. Plechanov, L. Deutsch e P. Axelrod), o epílogo de sua militância populista, ligada ao campesinato, e o momento inicial de sua plena adesão a um marxismo determinista e economicista, que pouco espaço deixaria para a compreensão do caráter específico da formação social e política da Rússia.

III. EFEITOS E ATUALIDADE DO DEBATE RUSSO

Cabe agora considerar a importância deste debate – na aparência, especificamente russo – para nós hoje. A universalidade do debate tem a ver justamente com a universalidade do problema criado pela ortodoxia marxista e socialista. O campesinato pode ser diferente em todas as partes do mundo, mas a formação das concepções sobre o campesinato seguiu, desde então, um padrão único, que se pretendeu universal. E as dificuldades porque passou a publicação desses textos de Marx – da carta-resposta e dos rascunhos que ele elaborou – são um testemunho permanente das dificuldades do debate livre dos problemas face às tendências que pressionavam no sentido do tratamento da obra de Marx como integrada a uma teoria ortodoxa, a uma doutrina universalista e definitiva da história humana, que tinha já para si a chave de avaliação e de compreensão do papel de qualquer classe social e de qualquer luta ou movimento emergente, em qualquer sociedade e em qualquer parte do mundo.

Essa problemática que acompanhou os estudos e as elaborações teóricas sobre o campesinato no século XIX e início do século XX tende a modificar-se à medida que se afasta do contexto europeu e chegamos a outros continentes. No entanto, não se pode negar que, ainda hoje, as noções produzidas no contexto deste debate continuam a influenciar as teorias e idéias políticas. Ainda hoje as políticas públicas refletem as noções elaboradas naquele período de grande efervescência política, quando muitas vezes o afã revolucionário tomou o lugar do conhecimento empírico e fundamentado das questões sociais. Assim, se naquela época, no contexto russo de fins do século XIX, a questão era o papel dos camponeses no processo revolucionário, uma questão importante na

² Do mesmo modo, os movimentos de Canudos e do Contestado no Brasil, viriam a ser tomados muito mais como 'anomalias' da história, do que a expressão da vontade de um povo de ter uma história diferente daquela que as classes tradicionais (oligarquias) e as emergentes (a nova burocracia estatal, militar) reservavam para eles.

América Latina e no Brasil de hoje é aquela referente à própria inserção e participação dos camponeses na sociedade como um elemento propulsor da economia sustentável, da política democrática e na vida social e cultural das sociedades nacionais.

Na Sociologia Rural brasileira, nos textos sobre reforma agrária e sobre pobreza rural, está presente a noção de que o camponês é um ente do passado, que não teria um papel criativo nas sociedades contemporâneas, como se isso fosse apenas – como observa sabiamente Tchernichevskii em relação à comuna rural russa – algo que deusesse contra o campesinato (Shanin, 1983, p.183). Se este tipo social sobreviveu os séculos, apesar das mazelas dos vários sistemas de exploração do trabalho humano, da escravidão, da servidão e do sistema salarial, é porque ele possui uma força própria e uma capacidade social, que outras formações, ou outras relações de trabalho não possuem. Não se pode ver só seus aspectos negativos, a menos que se queira reproduzir os preconceitos gerados pelo próprio sistema dominante. Neste aspecto, a análise histórica e sociológica é de fundamental importância.

Uma palavra final. Os textos que veremos a seguir discutem uma tradição vigorosa e importante na história de um povo, bem com sua relação com o futuro que se descortina no horizonte. A relação entre o construído no passado e o que se quer construir no futuro é neles examinada. Os países andinos e centro-americanos apresentam uma situação eventualmente semelhante. Nestes países da América Latina, a cultura, as relações sociais e a economia camponesa podem ainda ser pensadas em termos de elementos para a reconstrução de sociabilidades destruídas pelas relações mercantis e capitalistas. Trata-se de estruturas sociais ancoradas em uma longa tradição, que remonta às civilizações pré-colombianas. Uma dificuldade a ser enfrentada refere-se às especificidades da questão camponesa nos países em que o processo civilizatório diferente não permitiu ter, em seu território, povos com fortes tradições culturais? Os chamados “povos novos”, como o povo brasileiro, na taxionomia de Darcy Ribeiro, por exemplo, não dispõem destas tradições em âmbito nacional, ainda que possam tê-las em partes de seu território, ou como fragmentos de suas partes constitutivas. Nos termos da elaboração de Tchernichevskii – dos anos cinquenta e sessenta do século XIX – e de Marx em 1881, como se colocaria a questão camponesa hoje? A que valores, saberes e práticas de trabalho estaria referenciada uma *questão camponesa* no Brasil? Em outros termos, simplificando a idéia, se a proposta camponesa, na maioria

dos países em que foi colocada, se valeu de tradições ancestrais, como se constituiria num país como o Brasil, que não pode dispor de tal tradição? Gostaria apenas de adiantar não propriamente uma resposta, que terá que ser prática, histórica, e certamente coletiva, mas uma idéia, uma hipótese: se na Rússia – e nos demais países de grande tradição camponesa – tais textos podem ser lidos na perspectiva da história do passado, no Brasil esses manuscritos não poderiam eventualmente ser lidos na perspectiva da história do futuro? Não são as tradições inventadas e, uma vez inventadas, potências inspiradoras da ação humana sobre seu tempo?

BIBLIOGRAFÍA CITADA

BARON, Samuel H. Plejánov, el padre del marxismo ruso. Madrid: Siglo XXI Editores, 1976.

SEVILHA GUZMÁN, Eduardo e GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. Sobre a evolução do conceito de campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SHANIN, Teodor. Late Marx and the Russian Road. Marx and the ‘peripheries of capitalism’. London: Routledge & Kegan Paul, 1983. (Especialmente aqui os textos de Tchernichevskii)